

Reação ao pacote e FMI, os 2 fantasmas

EDUARDO BRITO
Editor de Economia

Ao assumir a Presidência, o vice Aureliano Chaves se verá de imediato à frente de duas graves questões econômicas: o rescaldo dos últimos pacotes e a negociação com os credores externos, a começar pela missão do Fundo Monetário International, que tão cedo não conclui seu trabalho. Na verdade, o presidente Figueiredo deixa traçadas as linhas básicas para o equacionamento dessas negociações mas, até que terminem, algumas semanas, no mínimo, passarão.

Diferentemente do que aconteceu em sua interinidade anterior, Aureliano Chaves não ficará só no Palácio do Planalto. Os demais **ministros da casa**, a começar pelo professor Leitão de Abreu e pelo general Rubem Ludwig, permanecerão no País e manterão o ritmo normal de encaminhamento dos problemas econômicos. Isso significa que, assim como já acontece com Figueiredo, o comando econômico do governo não terá como interlocutor único o presidente — seja o vice em exercício, seja o presidente no exterior. Hoje, como se sabe, os **ministros da casa** têm representado um papel saliente na tomada de decisões de maior importância na economia.

A volta dos chefes da missão do FMI não representa, como antes de sua chegada mostrava o representante brasileiro Alexandre Kafka, que todo o acerto esteja concretizado. Como pôde anunciar o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, o acordo está próximo. Mas há ainda o que um especialista na área chama de **conta de chegar**. Para fechar as coisas, o FMI cederá em alguns dos pontos de atrito, mas o Brasil também precisará encarar com novos olhos alguns dos dados em jogo.

Os limites dessa negociação já foram definidos em linhas de razoável precisão pelo Planalto. Dentro da lealdade que sempre manifestou com relação ao presidente, Aureliano Chaves não deverá afastar-se delas. E, de qualquer forma, ele atuará ligado a um verdadeiro colegiado — os **ministros da casa** — que têm participado de todo o processo de tomada de decisões.

As coisas são um pouco mais difíceis quando se fala no rescaldo dos pacotes. Por enquanto, eles pareciam ter sido absorvidos de forma mais ou menos suave pela sociedade, com expurgo e tudo. Os últimos acontecimentos em São Paulo mostraram que não se conseguiu evitar a reação.

Ela partiu, na verdade, de onde esperava o governo. Embora descontente, a maioria dos sindicatos contornou manifestações e, quando se fez necessário, até bloqueou ações mais radicais. E um processo de origens não tão próximas: desde o inicio de 1983, em grande parte devido a retração no mercado de trabalho, não se registravam greves de maior seriedade.

Não é a mesma coisa no que se refere às estatais. Tão logo se falou no pacote que as atingiam, seus funcionários iniciaram

um movimento de articulação sem precedentes nos últimos anos. O governo, aí incluídos todos os órgãos de segurança quanto o Ministério do Trabalho, percebeu com rapidez que a movimentação se tornava ampla e identificou nela a participação de escalões intermediários das empresas, o que redobrava sua gravidade.

Os funcionários dos bancos estatais passaram a trabalhar com fitas verde e amarela. Falou-se em greve do Banco do Brasil, em paralisação da compensação de cheques. Feitas as contas, o decreto das estatais saiu bem mais atenuado que as minutas antes preparadas — 27, contando todas — e não se esperava uma reação maior. Havia, porém, a convicção de que, se algum espasmo acontecesse, viria das estatais.

Não deu outra. Essa é, no entanto, apenas a primeira reação ao pacote, embora possa vir a ser também a última de intensidade maior. Seja como for precisará ser enfrentada pelo governo nos próximos dias e deverá sobrar alguma decisão para o presidente Aureliano Chaves.

Um pouco mais distante, mas possivelmente ainda dentro do período em que Aureliano Chaves ocupará a Presidência, estará o preparo do orçamento fiscal. Não será ainda desta vez que haverá a integração completa dos três orçamentos (além do fiscal, o das estatais e o monetário) mas o orçamento fiscal precisa ser enviado ao Congresso até o final de agosto.

Setores empresariais, não só de Minas Gerais como também de São Paulo, mostram-se esperançosos de que algumas rubricas nem sempre bem aquinhoadas nos últimos tempos sintam os reflexos da presença de Aureliano no Planalto. Seria o caso, por exemplo, da Acominas. Em outras palavras, espera-se que na partilha do bolo tributário o presidente interino possa fazer-se ouvir de modo a garantir algo mais pelos setores pelos quais tem especial interesse.

A proposta de orçamento, contudo, partirá como sempre da Secretaria do Planejamento. E aumentar verbas de algum setor significará retirar de outro, o que reduz em muito a capacidade de manobra de quem quer que seja. Não seria por isso, de qualquer forma, que se tornariam críticas as relações entre o presidente interino e ministros da área econômica.

Esses são os problemas que estão na pauta econômica da Presidência Aureliano. Se a interinidade durar mais tempo, porém, o quadro sem dúvida mudará. Apesar de permanecer uma ponte com o presidente Figueiredo, especialmente através do ministro Octavio Aguiar de Medeiros, as grandes linhas de ação para uma substituição mais curta estão traçadas e eventuais modificações — que dificilmente alcançarão dimensões maiores, embora a hipótese não possa ser excluída — poderão ser submetidas a um processo de consultas. Uma interinidade mais longa seguramente englobará novos problemas, novas fórmulas e, provavelmente, novos padrões de negociação.